

Qualidade das Condições para Viver e Qualidade de Vida no Rural: percebidas distintas e quantitativamente distinguidas

Autores: Luiz Renato D'Agostini e Alfredo Celso Fantini

Resumo: Qualidade de condições para viver e qualidade de vida são noções indissociáveis, mas distintas. Por hipótese, a distinção pode ser objetiva. Pressupõe-se que incrementos de qualidade de vida são maiores quando melhorias nas condições para viver ocorrem entre aqueles que vivem com pouco. Estados de aspectos que caracterizam as dimensões social, econômica e ambiental são enquadrados em cinco níveis e então derivados indicadores de estado de cada uma das dimensões. Desses indicadores é derivado um indicador da qualidade das condições para se viver (IQCV). A partir de manifestações de agricultores que vivem aquelas condições, a mesma sistematização de relações permite derivar um indicador da qualidade de vida (IQV). A diferença entre o IQCV (0,48) e o IQV (0,43) denota o desvio entre o olhar de técnicos envolvidos na promoção de melhorias de condições para viver e o olhar do agricultor que as vive.

Palavras chave: qualidade de vida, indicador

Abstract: Quality of life and quality of the living conditions are indissociable, but distinct. Our hypothesis is that we can make this distinction objectively. We assume that increments in the quality of life are higher when the improvement of the living conditions occur among those who live with a little. States of the aspects that characterize the social, economic and environmental dimensions are classified into five levels and then indicators of the states of each dimension are derived. From these partial indicators we derived an indicator of the quality of the living conditions (IQLC). Based on the perceptions of the farmers who live those conditions, the same systematization of relationships allows to derive an indicator of the quality of life (IQL). The resulting difference between the IQLC (0,48) and the IQL (0,43) denotes the difference between the perspective of the professionals involved in the promotion of improvements and that of the farmers who live those conditions.

Key words: quality of life, indicator

A questão

Programas de desenvolvimento no espaço rural sempre têm como objetivo final melhorar a *qualidade de vida* dos membros da comunidade. Os objetivos imediatos, por sua vez, são desencadear ações para promover melhorias de condições para a comunidade viver. Está bem compreendido que não se pode inferir o grau de satisfação do ser humano unicamente a partir das condições que ele dispõe para viver. Há um conteúdo de imprevisibilidade na natureza e no grau de mudanças do sistema-comunidade frente a determinadas melhorias que podem desencadear essas mudanças. Essa imprevisibilidade é ainda maior em relação ao significado que essas mudanças adquirem para cada membro da comunidade. Como explicam e enfatizam Maturana e Varela (1995), o meio e suas ações não podem instruir o sistema, e sim apenas desencadear mudanças, sem poder determinar como e em quanto o sistema mudará.

De fato, a partir de determinadas melhorias nas condições para viver não se pode inferir em quanto o viver de cada um vai melhorar. Mas para os objetivos de um programa de desenvolvimento regional, mais importante que reconhecer que as condições para uma boa qualidade de vida variam de indivíduo para indivíduo, é promover as condições tidas como importantes à satisfação humana na percepção coletiva. Enfim, mesmo que não se possa instruir sistemas determinados pela sua estrutura, e sim apenas *perturbá-los* (Maturana & Varela, 1995), não significa que não se possa reconhecer a natureza de *perturbações* (ações) que podem desencadear a mudança desejada. Então, e dado que a comunidade também é um sistema social determinado pela sua estrutura (Luhmann, 1997), programas de

desenvolvimento rural não podem sempre assegurar um viver melhor para todos os indivíduos, mas podem implementar ações adequadas para melhorar as condições para viver e assim aumentar as possibilidades desses indivíduos se revelarem com melhor *qualidade de vida*.

Do que se disse, *qualidade de vida* e *qualidade das condições para viver* são noções indissociáveis, mas distintas. Esse entendimento de alguma forma já está bem presente na literatura (Turksever & Atlik, 2001; Dener & Suh, 1997; O'Brien & Ayidya, 1991; Davidson & Cotter, 1991; Myers, 1975; McCall, 1975) e bem sintetizado nas palavras de Grayson & Young (1994): “Parece haver consenso que na definição de qualidade de vida há dois conjuntos fundamentais de componentes e processos operando: aqueles relacionados a um mecanismo psicológico interno e que produzem uma sensação de satisfação com a vida; e aquelas condições externas que desencadeiam aquele mecanismo interno”.

Um indicador de *qualidade de vida* (IQV) deve, então, informar sobre o nível de satisfação de quem está vivendo em determinadas condições. Já um indicador da qualidade de condições para viver (IQCv) informa das possibilidades de que muitos ou poucos se declararem vivendo bem. Enquanto que o primeiro indicador só pode ser derivado com a participação e muito a partir da percepção dos indivíduos quanto às condições que eles vivem, o segundo pode ser obtido a partir de pressuposições coletivas sobre condições em que proporcionalmente mais viventes se declarariam vivendo bem, ou mal. Quanto maior a diferença entre o IQCV e o IQV em determinado contexto, maior é a diferença entre o olhar profissional que promove melhorias e aquele de quem vive as condições disponíveis.

Decorre de tudo isso, que são duas as necessidades para a derivação de adequados indicadores da *qualidade das condições para viver* e da *qualidade de vida* no rural: a) identificar quais são os aspectos a partir dos quais os indicadores podem ser derivados; b) engendrar um sistema de relações que possa produzir uma informação simples e cuja mensagem incorpore o significado das condições do conjunto de aspectos reconhecidos como relevantes. Como se verifica na abrangente revisão de Massan (2002) sobre o tema, distinguir quais são os aspectos adequados à obtenção de um indicador e quem pode apontá-los com maior propriedade tem sido objeto de muitos e de importantes estudos.

A ausência de sistematizações que permitam derivar um indicador independentemente de quais são os aspectos que se revelam relevantes num contexto, tem induzido à suposta necessidade de dispor-se das mesmas informações em qualquer contexto. E a comum discordância sobre a importância de um ou de outro aspecto (Vaz, 2005; Massam, 2002 p.175) tem-se sobreposto à necessidade de indicadores derivados à luz de um determinado contexto. Tudo isso tem levado ao desenvolvimento de indicadores obtidos a partir de informações mais objetivas, associadas principalmente às “condições externas que desencadeiam... [o] mecanismo psicológico interno”, como é o caso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Mas para a obtenção de um indicador da *qualidade de vida* sempre com adequada significação, não são os aspectos ou variáveis que precisam ser sempre adequados em qualquer contexto, mas o método é que deve ser genérico e sempre apropriado para quaisquer aspectos considerados adequados num determinado contexto.

Sempre tendo em mente que o IQCV e o IQV serão derivados a partir de avaliações de diferentes olhares sobre os significados de estados dos mesmos aspectos, não se discutirá aqui a propriedade dos aspectos considerados na avaliação. Enfim, bem de acordo com o pensamento de Morin (2000), assume-se, neste trabalho, que será principalmente o contexto – e quem puder compreendê-lo – que determinará a importância do aspecto e do seu estado. Assim, o objetivo neste trabalho é sistematizar relações para obter um IQCV e um IQV independentemente de quais aspectos sejam apropriadamente apontados em determinado contexto.

Elementos da proposição

Neste trabalho se pressupõe que o incremento de satisfação (melhoria da *qualidade de vida*) coletiva é proporcionalmente maior quando melhorias na *qualidade das condições para viver* ocorrem entre os que têm muito pouco para se satisfazerem. Como ilustra a Figura 1, admitindo que se possa quantitativamente caracterizar distintos níveis de Qualidade de Vida, esses níveis crescem em taxa decrescente quando em decorrência da melhoria da Qualidade das Condições para se Viver.

Qualidade de vida
coletivamente
reconhecida

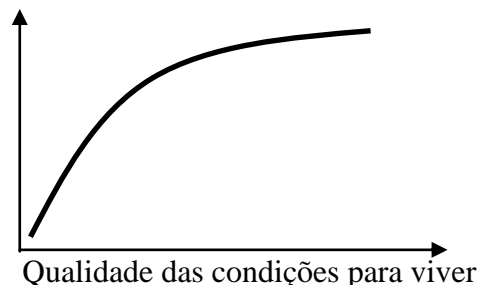


Figura 1. Relação entre qualidade das condições para viver e qualidade de vida coletivamente esperada.

Do mesmo pressuposto decorre que, para garantir uma boa qualidade de condições para viver, mais importante do que dispor de ótimas condições em alguns dos aspectos relevantes, é dispor de condições homogeneamente satisfatórias em todos os aspectos essenciais. Por exemplo, admitindo-se que um Indicador da Qualidade de Condições para Viver (IQVC) possa ser obtido a partir dos aspectos A, B e C, todos em estados reconhecidos a 60% da condição desejada, espera-se que o valor do indicador resulte superior àquele obtido a partir do aspecto A a 40%, aspecto B a 80% e aspecto C a 60% da condição desejada. Além de sintetizar as condições de diversos aspectos em um único valor, um IQCV deve, portanto, resultar com módulo determinado também pelo grau de homogeneidade verificada nos níveis dessas condições.

Outra importante demanda para uma adequada caracterização da qualidade das condições para se viver é assegurar que, além dos aspectos essenciais, sejam considerados aspectos relevantes em maior número possível. Então, como implicação, saber que as condições de uma única variável são muito ruins entre 10 aspectos avaliados informa mais do que saber dessa situação sobre aquela mesma variável entre apenas cinco aspectos avaliados. O sistema

de relações do qual o indicador emerge deve permitir e mesmo estimular que se considere o maior número de aspectos possíveis.

Caracterizar estados de *Qualidade de Vida* ou de *Qualidade de Condições para Viver* demanda um referencial respectivo. Esse referencial deve ser o estado desejável e possível para um determinado contexto. Assim, uma *Qualidade de Vida* devidamente caracterizada pode referir-se a um estado de satisfação em viver, quando referido àquele desejado em qualquer lugar. Já uma *Qualidade de Condições para Viver*, quando devidamente caracterizada, refere-se a um estado de disponibilidade de meios, quando tomado em relação àquele viável num determinado lugar. Significa que um *Indicador da Qualidade de Vida* (IQV) e um *Indicador da Qualidade das Condições para Viver* (IQCv) devem ser derivados a partir de afastamentos de um estado “ideal”. Mas enquanto que um *Indicador da Qualidade de Condições para Viver* pode ser obtido a partir de objetivos estados de aspectos coletivamente valorizados, um *Indicador de Qualidade de Vida* somente pode ser obtido a partir de manifestações imersas em subjetividade inerente à percepção individual sobre o significado daqueles mesmos aspectos e estados.

A objetividade possível na caracterização das condições para viver e a subjetividade implícita na caracterização da satisfação com a vida nessas condições não implicam maior significação à primeira caracterização. É exatamente a possibilidade de mais indivíduos revelarem-se satisfeitos, mesmo que de forma subjetiva, que assegura significação ao esforço de promover e objetivamente caracterizar as condições para viver. O primeiro passo é, portanto, caracterizar um *Indicador da Qualidade das Condições para Viver*, com todas as características acima apontadas e na forma que o mesmo traduza as possibilidades de muitos ou poucos revelarem-se vivendo bem, ou mal.

A qualidade das condições para viver (e as possibilidades de uma boa ou má qualidade de vida relacionada a essas condições) pode ser caracterizada à luz de um conjunto de diversas “dimensões”: social, econômica, técnica, ambiental, política, etc. Ainda que o sistema de relações que aqui se propõe opere com qualquer número dessas dimensões, neste trabalho serão referidas somente três: a social; a econômica e a ambiental. As condições em cada uma das dimensões podem ser caracterizadas a partir de vários e respectivos aspectos (acesso a serviços públicos, rentabilidade de atividades, estado de recursos naturais, etc. e cuja especificação não é objeto deste trabalho).

Tanto o algoritmo para obter um indicador em um único valor, quanto a representação gráfica desse valor, devem assegurar que os pressupostos que orientam a proposição resultem valorizados. Em outras palavras, o valor numérico do indicador e a sua representação gráfica devem valorizar tanto a diferença de condições entre aspectos que caracterizam a respectiva dimensão, quanto valorizar a diferença entre as condições das dimensões que caracterizam a Qualidade de Condições para Viver. Já se apontou que aspectos sociais e igualmente importantes A, B e C em condições equivalentes a 60% da condição desejável para o contexto caracterizam uma condição social melhor do que esses mesmos aspectos respectivamente a 50%, 60% e 70%. Por razões análogas, as dimensões social, econômica e ambiental em condições equivalentes a 70% da desejável caracterizam uma Qualidade de Condições para Viver melhor do que essas mesmas dimensões respectivamente a 60%, 70% e 80% daquela condição. Assim, enquanto que a condição em cada uma das dimensões (social, econômica, ambiental...) resultará aqui caracterizada pelo significado da condição de aspectos que se *somam* nessa caracterização, a Qualidade das Condições para Viver resultará do *produto* entre as condições daquelas dimensões indissociáveis.

O estado de cada uma das dimensões e de cada um dos aspectos em cada dimensão sempre são passíveis de serem caracterizados por uma “nota” Z, ou seja, pelo grau de afastamento da mesma em relação à condição desejável e assimilada a unidade. Como está ilustrado na Figura

2, afastamentos da condição desejável para determinada variável sempre podem ser quantitativamente associados a valores de desvios δ definidos como $1-Z$, mesmo quando essas condições somente possam ser referidas qualitativamente.

Nota Z

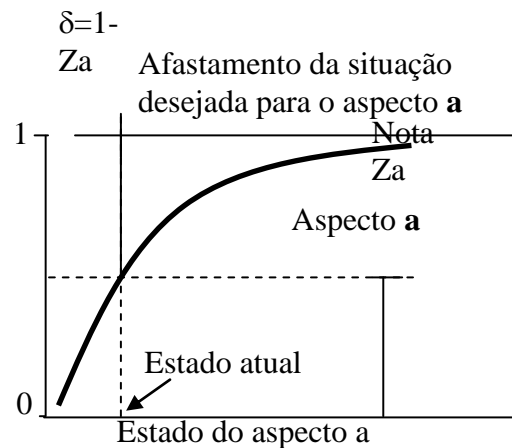


Figura 2. Nota Z e desvio δ definidos pelo estado de um aspecto de caracterização da condição em uma das dimensões que definem a qualidade das condições para viver.

Na Figura 2 já está apontado um vínculo possível entre produtos das funções nota $Z=f(\text{estados de aspectos})$ e o valor sempre contido no intervalo $[0, 1]$ e no qual convém poder expressar o IQCV. O valor do IQCV tenderá à unidade (valor máximo) quando todos os aspectos de cada uma das dimensões social, econômica e ambiental apresentarem-se em condições de todo desejáveis para o contexto. O IQCV evidentemente tenderá a zero quando todos os aspectos considerados relevantes apresentarem-se em condições de todo inaceitáveis para o contexto.

Como o pressuposto para promover uma boa *qualidade de vida* é promover o desenvolvimento nas dimensões social, econômica e ambiental de maneira indissociável, o IQCV também deverá resultar sempre muito baixo quando em relação a uma dessas dimensões o conjunto dos respectivos aspectos considerados apresentarem-se em condições inaceitáveis. Em outras palavras, enquanto que o IQCV só poderá atingir um valor máximo mediante um suficiente e paralelo desenvolvimento no social, no ambiental e no econômico, um valor muito baixo para o IQCV pode ser produto das condições muito ruins presentes em uma só daquelas dimensões, mesmo que haja um bom desenvolvimento em relação às outras. Implica que, como instrumento de avaliação de um programa de desenvolvimento, o IQCV demanda identificar separadamente o desempenho no social, no econômico e no ambiental, ainda que esse indicador deva referir-se sempre ao conjunto desses desempenhos. O IQCV deve resultar, portanto, como expressão do produto entre um Indicador das Condições Sociais (ICS), de um Indicador das Condições Ambientais (ICA) e de um Indicador das Condições Econômicas (ICE), a serem derivados a partir das condições verificadas para os respectivos aspectos. Já um IQV deve resultar de um Indicador de Satisfação Social (ISS), de um Indicador de Satisfação Ambiental (ISA) e de um Indicador de Satisfação Econômica (ISE).

Os indicadores parciais ICS, ICA e ICE podem ser tomados, em última instância, como notas Z_D atribuídas às condições das dimensões social, econômica e ambiental (Figura 3). Para as condições de cada uma das dimensões é possível caracterizar um desvio Δ correspondente ao distanciamento entre as condições verificadas e aquela condição de todo desejável para a correspondente dimensão.

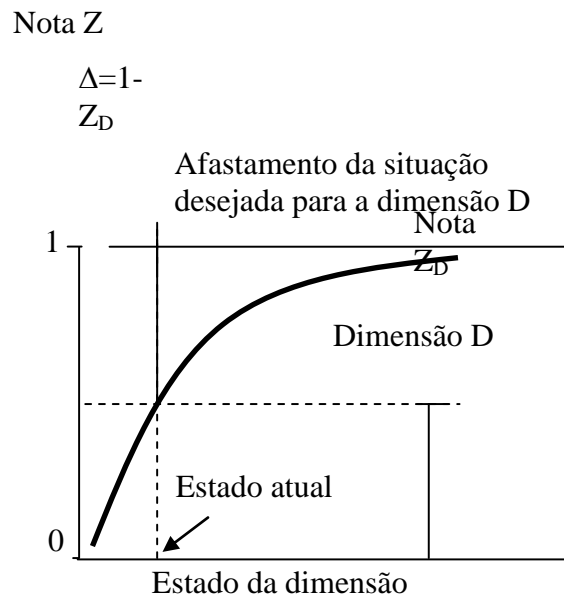


Figura 3. Nota Z_D e desvio Δ definidos pelo estado de uma das dimensões que definem a qualidade das condições para viver.

Os desvios Δ apontados na Figura 3, genericamente definidos como $1 - Z_D$, correspondem a $ICS = 1 - \Delta_{ICS}$, $ICE = 1 - \Delta_{ICE}$ e $ICA = 1 - \Delta_{ICA}$ para as condições de desenvolvimento na dimensão social, na econômica e na ambiental, respectivamente. Na forma que são definidos, os indicadores ICS , ICE e ICA também assumirão valores contidos no intervalo $[0, 1]$. Enquanto cada um desses indicadores parciais será derivado a partir da sistematização de desvios δ verificados nos diversos aspectos considerados para a respectiva dimensão, o IQCV será obtido pela sistematização de desvios Δ caracterizados por aqueles indicadores.

Sistematização das relações

Importa antes poder sintetizar o significado dos estados dos diferentes aspectos da dimensão genérica em único índice. Então, a partir dos índices referentes a cada dimensão, obter um único índice que diga respeito à qualidade das condições no conjunto das dimensões.

Partindo do que está ilustrado na Figura 3, um indicador objetivo e caracterizado a partir de afastamentos de condições desejáveis pode ser genericamente proposto como

$$IQCV = 1 - \text{significado de afastamentos das condições desejáveis.} \quad (1)$$

Para que se leve em conta o grau de (ir)regularidade nas condições de N aspectos basta um procedimento análogo àquele para a obtenção da estatística desvio padrão, ou seja,

$$S = \sqrt{\frac{1}{N} \sum_{i=1}^N (Z_i - \bar{Z})^2} \quad (2)$$

em que $r \geq 1$ é um termo que define a importância atribuída à (ir)regularidade nas condições dos N aspectos considerados como adequados para a avaliação.

Um indicador que estimule levar em conta o maior número N possível de aspectos considerados e, ao mesmo tempo, valorize a ocorrência de grandes desvios em relação à condição desejada, demanda poder valorizar uma relação entre os N aspectos considerados e os n aspectos que apresentem esses grandes desvios. Então,

$$\sum_{i=1}^n \delta_i \cdot w_i \quad (1)$$

ou seja, o valor do último termo da equação (1) deve crescer na medida que cresce o número n de aspectos com grandes desvios entre os N aspectos considerados, mas diminua com o crescimento desse número N .

É necessário, ainda, considerar a diferença de importância entre os aspectos avaliados. Então,

$$\text{Significados dos desvios } \delta \text{ nas condições de um conjunto de } N \text{ aspectos } \propto \delta_i \cdot w_i \quad (4)$$

em que w é a importância (peso) de cada aspecto e o somatório de w_i é unitário.

A combinação das Equações (1) a (4) permite sistematizar todas essas relações como

$$I_{ICS} = \sum_{i=1}^n \delta_i \cdot w_i \cdot ICS_i \quad I_{ICE} = \sum_{i=1}^n \delta_i \cdot w_i \cdot ICE_i \quad I_{ICA} = \sum_{i=1}^n \delta_i \cdot w_i \cdot ICA_i$$

em que I_{CS} , I_{CE} e I_{CA} são, respectivamente, indicadores das condições social (S), econômica (E) e ambiental (A). Assim, do que já foi apontado,

$$I_{QCV} = \sum_{i=1}^n \delta_i \cdot w_i \cdot I_{QCV}_i$$

em que I_{QCV} é o indicador da qualidade das condições para viver, I_{CS} é o indicador da qualidade das condições sociais, I_{CE} é o indicador da qualidade das condições econômicas e I_{CA} é o indicador da qualidade das condições ambientais, enquanto que w é o peso ou importância relativa atribuída a cada uma das dimensões no processo de avaliação. Com os mesmos procedimentos para a obtenção do I_{QCV} a partir dos indicadores parciais I_{CS} , I_{CE} e I_{CA} , evidentemente pode-se obter um Indicador da Qualidade de Vida I_{QV} a partir de indicadores parciais I_{SS} , I_{SE} e I_{SA} .

Representação gráfica do I_{QCV} e do I_{QV}

Coerente com o pressuposto ilustrado na Figura 1 e com o que resulta da aplicação das equações (5) e (6), a área que representa graficamente o I_{QCV} ou o I_{QV} deve crescer em taxa decrescente com o melhoramento das condições para se viver e com o aumento do grau de satisfação em viver aquelas condições. Assim, para três “dimensões”, propõe-se a representação gráfica constante na Figura 4. A escala crescente da borda para o centro do poliedro assegura as relações desejadas para as taxas de crescimento.

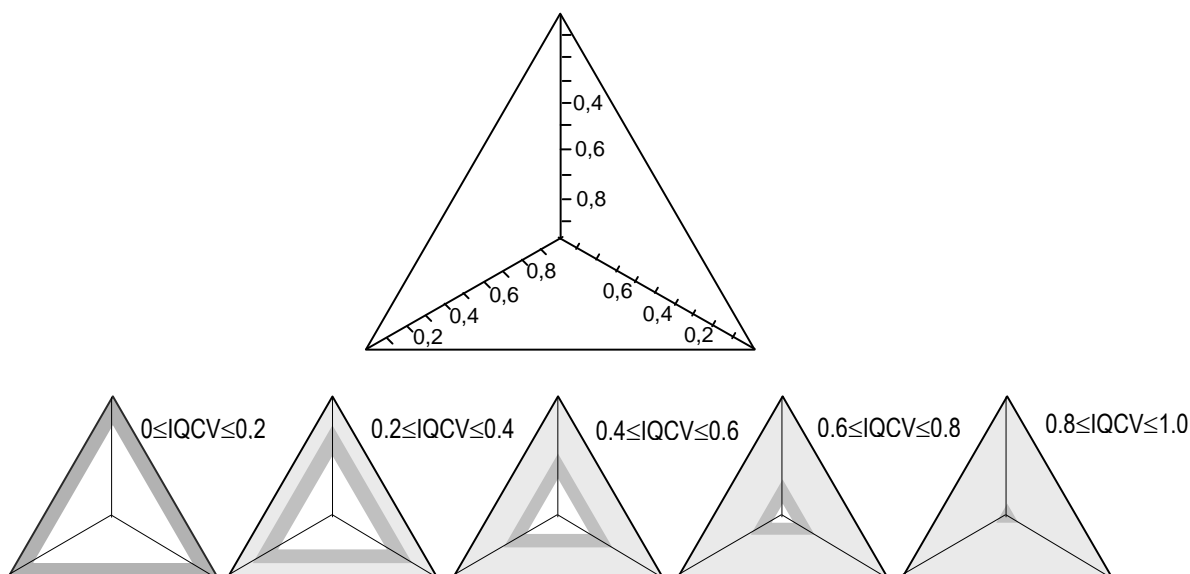


Figura 4. Representação gráfica do Indicador da Qualidade das Condições para Viver IQCV ou da Qualidade de Vida IQV, a partir de três dimensões.

Experimental

Para cada dimensão (social, econômica e ambiental) foram identificados cinco profissionais reconhecidamente experientes. A esses profissionais foi solicitado que descrevessem condições *insustentáveis*, *sufríveis*, *regulares*, *boas* e *muito boas* para diversos aspectos relevantes à caracterização da qualidade das condições para viver à luz de um determinado contexto regional. A partir dessas cinco descrições referenciais para os aspectos apontados, o sistema de relações proposto para inferir sobre a qualidade de condições para viver e sobre a qualidade de vida foi aplicado para as condições vividas por 15 famílias rurais no Município de Grão-Pará-SC. Como mostrado no Quadro 1, para cada situação avaliada foi atribuída uma nota de 0 a 10. Assim, apesar de haver apenas cinco descrições para as condições dos aspectos considerados, são 10 os níveis reconhecíveis para as diversas condições possíveis.

Quadro 1. Categorias de estado de diversos aspectos das condições para viver e notas correspondentes atribuídas pelo observador

Descrição das condições	Nota
Insustentável	1 ou 2
Sufrível	3 ou 4
Regular	4 ou 6
Boa	7 ou 8
Muito boa	9 ou 10

Àqueles mesmos profissionais foi solicitado enunciarem indagações a partir das quais se pudesse perceber o grau de satisfação de agricultores com a qualidade de seu viver à luz das condições dos mesmos aspectos. As respostas então eram interpretadas como *muito insatisfeito*, *insatisfeito*, *indefinido*, *satisfeito* e *muito satisfeito* para cada um dos aspectos. Similarmente aos procedimentos apontados no Quadro 1, as respostas obtidas foram novamente enquadradas em 10 níveis (Quadro 2).

As notas para os diversos aspectos de cada uma das dimensões foram registradas em formulário correspondente ao Quadro 1. Essas notas foram então utilizadas para obter o valor do IQCV pela aplicação das equações (5) e (6). As notas obtidas na forma que aponta o Quadro 2 foram utilizadas na aplicação das mesmas equações na obtenção do IQV.

Quadro 2. Categorias do grau de satisfação (Qualidade de Vida) interpretada pelo observador a partir da manifestação dos agricultores em resposta a indagações formuladas por especialistas e notas correspondentes

Manifestação interpretada	Nota
Muito insatisfeito	1 ou 2
Insatisfeito	3 ou 4
Indefinido	4 ou 6
Satisfeito	7 ou 8
Muito satisfeito	9 ou 10

De acordo com os objetivos deste trabalho, importa agora verificar a possibilidade de medir o grau de coerência entre o que caracterizaria a *qualidade das condições para viver* (IQCV), avaliada por técnicos, e as manifestações dos agricultores que denotariam a *qualidade de vida* (IQV) a partir das condições de determinados e apropriados aspectos.

Convencionou-se, neste ensaio, que um grande desvio em relação a uma situação desejável estaria caracterizado quando a nota atribuída às condições avaliadas ou ao grau de satisfação manifestado quanto ao aspecto fosse igual ou inferior a 2, ou seja, condições *insustentáveis* e condições de *muito insatisfeito*, respectivamente.

Resultados e discussão

Da distinção entre Qualidade de Condições para Viver e Qualidade de Vida

No Quadro 3 e na Figura 5 são respectivamente informados e graficamente representados os valores do IQCV e do IQV para os 15 agricultores. A elevada correlação entre os valores observados para os dois indicadores ($r=0,85$; $n=15$; $p<0,000$) confirma o pressuposto de forte vínculo entre *Qualidade de Vida* e *Qualidade de Condições para Viver*. A diferença no módulo dos dois indicadores ($t=3,40$; $n=15$; $p<0,004$), por sua vez, além de confirmar a distinção entre *Qualidade de Vida* e *Qualidade de Condições para Viver*, confirma a hipótese de que as mesmas são objetivamente distinguíveis.

Enquanto que somente na subjetividade de cada um daqueles que vivem determinadas condições de determinados aspectos pode ser revelado o grau de satisfação individual em vivê-las (IQV), a objetiva avaliação da qualidade daquelas condições (IQCV) no âmbito do coletivo cabe especialmente aos responsáveis pela promoção de melhorias. Mas na medida em que os valores do IQCV e do IQV em dado contexto se distanciem, mais razões existirão para que sejam revistos quais os aspectos são apontados para inferir o nível de desenvolvimento em uma comunidade. Quanto maior a diferença entre os valores de IQV e de IQCV obtidos a partir de quaisquer aspectos, mais distanciados estarão os olhares que orientam a categoria de interessados em dispor de melhores condições para viver e a categoria de interessados em promover essas melhorias. Assim, e dado que o IQV e o IQCV são obtidos a partir de “leituras” por parte de diferentes categorias de interessados quanto ao significado das condições do mesmo conjunto de aspectos, é claro que esses aspectos podem ou até devem ser apontados também por aqueles que vivem as condições, e não somente por aqueles que têm em sua missão profissional a obrigação de saber avaliar essas condições à luz de demandas coletivas. Todavia, mesmo que a comunidade não seja detidamente consultada sobre suas demandas coletivas mais evidentes, a elevada correlação entre os valores de IQCV e IQV

aponta que a ação institucional bem planejada pode sim promover melhorias na *qualidade de vida* comunitária. Enfim, a dificuldade em poder inferir o grau de uma subjetiva satisfação daqueles socialmente menos aquinhoados não exime os formalmente mais instruídos da função de avaliar e promover as condições objetivas à emergência de satisfação.

Quadro 3. Indicadores das condições ambiental (ICA), social (ICS) e econômica (ICE) que resultam no Indicador de Qualidade de Condições para Viver (IQCV); e indicadores do grau de satisfação ambiental (ISA), social (ISS) e econômica (ISE) que resultam no Indicador de Qualidade de Vida (IQV) de pequenos agricultores

Agricultor	ICA	ICS	ICE	IQCV	ISA	ISS	ISE	IQV
1	0,59	0,57	0,59	0,58	0,55	0,65	0,59	0,45
2	0,62	0,55	0,62	0,60	0,50	0,66	0,62	0,43
3	0,56	0,55	0,40	0,50	0,64	0,71	0,40	0,46
4	0,50	0,40	0,50	0,46	0,62	0,54	0,50	0,42
5	0,55	0,54	0,55	0,55	0,67	0,69	0,55	0,49
6	0,51	0,54	0,43	0,49	0,58	0,66	0,43	0,46
7	0,48	0,44	0,35	0,42	0,55	0,58	0,35	0,39
8	0,35	0,41	0,35	0,37	0,43	0,54	0,35	0,35
9	0,51	0,58	0,75	0,61	0,62	0,70	0,74	0,51
10	0,51	0,43	0,45	0,46	0,60	0,59	0,45	0,44
11	0,32	0,42	0,39	0,37	0,55	0,49	0,39	0,40
12	0,31	0,34	0,30	0,32	0,52	0,49	0,50	0,37
13	0,56	0,55	0,70	0,60	0,57	0,65	0,70	0,52
14	0,53	0,48	0,62	0,54	0,53	0,60	0,62	0,43
15	0,40	0,38	0,35	0,38	0,48	0,51	0,35	0,36
Média				0,48	Média			0,43
CV%				20	CV%			12

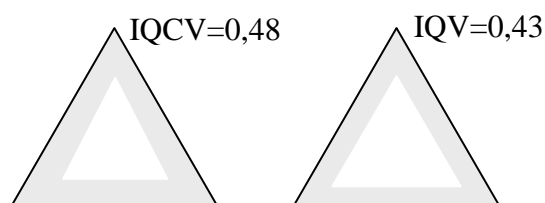


Figura 5. Indicador de Qualidade das Condições para Viver (IQCV) e de Qualidade de Vida (IQV) verificados (em branco o estado de afastamento das condições desejáveis).

Apontar o módulo da diferença entre o IQV e o IQCV ou da diferença do módulo dos respectivos indicadores parciais é, assim, uma importante utilidade de procedimentos que possam distinguir o nível de qualidade de vida e o nível de qualidade de condições para viver. É preciso ter em mente que o agente promotor de mudança não precisa – e mesmo não pode – atribuir a determinado aspecto o mesmo significado que o agricultor atribui. Importa sim que esse agente de mudança e a instituição que ele representa reconheçam no outro a condição de ser semelhante e intrinsecamente diferente na realização de distinções de significados. É a

partir do reconhecimento desta diferença no exercício de distinções que a diferença nos valores de IQV e IQCV resulta com significação; e é a taxa de redução desta última diferença que apontará coerência em ações movidas por diversos interesses de igualmente bem interessados.

Da sensibilidade das relações sistematizadas à irregularidade de condições de aspectos

Nos argumentos de justificação do presente trabalho apontou-se o significado e a importância de considerar o grau de irregularidade das condições dos diversos aspectos considerados, bem como de considerar a ocorrência de um grande desvio nas condições de um ou mais desses aspectos. No Quadro 4 são apresentados valores do indicador parcial ISA (Indicador da Satisfação com as condições Ambiental) a partir do grau de desvio entre o grau de satisfação desejado e o declarado. Para apontar a sensibilidade do sistema de relações (Equação 5) às variações de satisfação com as condições de aspectos, nesse Quadro 4 a obtenção do ISA é simulada também sem levar em conta uma especial valorização da ocorrência de grandes desvios (declaração de *muito insatisfeito*) e a irregularidade entre todos os aspectos considerados. Tanto os valores constantes no Quadro 3 como no Quadro 4 foram obtidos para $r=2$, sem distinguir importância (w) entre aspectos.

Conclusões

As noções de Qualidade de Vida e de Qualidade de Condições para Viver são indissociáveis, mas claramente distintas e distinguíveis. O modelo proposto para quantitativamente indicar a qualidade de vida e de condições para viver tanto pode distinguir essas noções, como se revela eficaz em valorizar (ir)regularidade nas condições avaliadas e a partir das quais esses indicadores são derivados. O sistema de relações proposto revela-se, assim, um útil instrumento de monitoramento e avaliação da efetividade de programas institucionais de desenvolvimento rural, que têm a melhoria de qualidade de vida como objetivo fim, e a melhoria das condições para viver como objetivos meio.

Quadro 4. Desvio da condição ideal para aspectos ambientais e indicador parcial ISA (Indicador da Satisfação com as Condições Ambientais), denotando o efeito da irregularidade r e de grandes desvios n nas condições daqueles aspectos

Aspectos	Agricultores														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
A	0,3	0,5	0,1	0,0	0,2	0,3	0,3	0,7	0,2	0,1	0,8	0,0	0,1	0,0	0,4
B	0,3	0,6	0,1	0,0	0,3	0	0,1	0,5	0,3	0,1	0,0	0,0	0,1	0,4	0,5
C	0,3	0,8	0,3	0,3	0,6	0,4	0,6	0,5	0,5	0,2	0,3	0,5	0,6	0,5	0,6
D	0,2	0,7	0,1	0,4	0,2	0,6	0,7	0,6	0,5	0,1	0,1	0,3	0,7	0,8	0,7
E	0,7	0,4	0,2	0,7	0,2	0,5	0	0,5	0,5	0,4	0,4	0,2	0,7	0,2	0,3
F	0,5	0,2	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	0,7	0,2	0,4	0,3	0,7	0,3	0,4	0,5

G	0,3	0,1	0,3	0,3	0,3	0,3	0,5	0,6	0,3	0,6	0,6	0,6	0,3	0,4	0,5
H	0,2	0,1	0,1	0,3	0,1	0,2	0,3	0,5	0,4	0,2	0,3	0,2	0,4	0,5	0,7
I	0,8	0,7	0,8	0,6	0,6	0,7	0,8	0,6	0,3	0,6	0,6	0,8	0,5	0,5	0,5
J	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,3	0,5	0,3	0,6	0,3	0,4	0,5	0,4	0,5
K	0,1	0,2	0,2	0,5	0,2	0,3	0,1	0,7	0,4	0,6	0,1	0,6	0,2	0,2	0,4
L	0,4	0,1	0,3	0,2	0,2	0,5	0,1	0,4	0,5	0,3	0,4	0,1	0,1	0,5	0,5
Desvio Médio	0,63	0,61	0,73	0,68	0,71	0,63	0,66	0,43	0,63	0,65	0,65	0,63	0,63	0,60	0,49
Efeito r*	0,58	0,54	0,67	0,62	0,67	0,58	0,58	0,43	0,62	0,60	0,59	0,55	0,57	0,56	0,48
Efeito n**	0,60	0,58	0,70	0,68	0,71	0,63	0,63	0,43	0,63	0,65	0,62	0,60	0,63	0,57	0,49
ISA	0,55	0,50	0,64	0,62	0,67	0,58	0,55	0,43	0,62	0,60	0,55	0,52	0,57	0,53	0,48

* Efeito de se considerar a irregularidade nas notas atribuídas aos diferentes aspectos

** Efeito de se considerar a ocorrência de situações “insustentáveis” na condição de aspectos

Bibliografia citada

DAVIDSON, W. B.; COTTER, P. R. The relationship between sense of community and subjective well-being: a first look. **Journal of Community Psychology**, v. 19, p. 246–253. 1991.

DIENER, E.; SUH, E. Measuring quality of life: economic, social, and subjective indicators. **Social Indicators Research**, v. 40, n. 1-2, p. 189–216. 1997.

MORIN, E. Os **sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000. 118 p.

GRAYSON, L.; YOUNG, K. **Quality of Life in Cities**: an overview and guide to the literature. London: The British Library, 1994.

LUHMANN, N. **A nova teoria dos sistemas**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1997. 110 p.

MATURANA, H.; VARELLA, F. **A árvore do conhecimento**. Campinas: Editorial PSY II, 1995. 281p.

MASSAN, B. H. Quality of life: public planning and private living. **Progress in Planning**, v. 58, p. 141-227. 2002.

MCCALL, S. Quality of life. **Social Indicators Research**, v. 2, n. 2, p. 229–248. 1975.

Morin, E. Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro. XXXXXXXX

MYERS, D. Building knowledge about quality of life for urban planning. **Journal of the American Association of Planners**, v. 54, n. 3, p. 347–358. 1988

TURKSEVER, A.N.; ATALIK, G. Possibilities and limitations for the measurement of the quality of life in urban areas. **Social Indicators Research**, v. 53, n. 2, pp. 163–187. 2001

VAZ, JOSÉ CARLOS. **Medindo a qualidade de vida**. Disponível em:

<<http://federativo.bnds.gov.br/dicas/D027.htm>> Acesso em 12 maio 2005.